

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA GARANTIA DE DIREITOS:
PROFESSORES DO CURSO DO MAGISTÉRIO DA ESCOLA SEBASTIÃO
TOLEDO DOS SANTOS E SUA EXPERIÊNCIA COM O ESTATUTO DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**

**CHALLENGES OF EDUCATION IN THE GUARANTEE OF RIGHTS:
TEACHERS OF THE COURSE OF THE MAGISTRARY OF THE SCHOOL
SEBASTIÃO TOLEDO DOS SANTOS AND ITS EXPERIENCE WITH THE STATUS
OF THE CHILD AND THE ADOLESCENT**

**EDUCACIÓN EN RETOS DERECHOS DE GARANÍA: ENSEÑANZA DE
ESCUELA, POR SUPUESTO, MAESTROS SEBASTIÃO TOLEDO DE LOS
SANTOS Y EXPERIENCIA COM EL ESTATUTO DE NIÑOS Y ADOLESCENTES**

Resumo: A educação constitui-se em um dos caminhos que pode auxiliar a mudança da vida de um ser humano, porém, quando não tem qualidade, acaba se tornando um fardo. O desempenho dos alunos se torna ainda melhor quando os profissionais da educação são bem qualificados e estão preparados para agir não só dentro da sua área de atuação, mas na garantia dos direitos de todos os cidadãos, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade. O objetivo deste estudo foi analisar se os profissionais da educação estão preparados para agir na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes com base no Estatuto da Criança e do Adolescente. Através de um questionário, foi possível identificar o nível de conhecimento dos professores que lecionam no curso de magistério da Escola Sebastião Toledo dos Santos, Criciúma – SC. Verificou-se que apesar dos obstáculos que a educação enfrenta, os professores conhecem as leis que garantem os direitos deste público e interferem sempre que necessário.

.Palavras-chave: Educação, Direitos, Criança, Adolescente.

Abstract: Education is one of the ways that can help change the life of a human being, but when it does not have quality, it becomes a burden. The performance of students becomes even better when education professionals are well qualified and prepared to act not only within their area of practice, but also to guarantee the rights of all citizens, especially those who are vulnerable. The objective of this study was to analyze whether education professionals are prepared to act to guarantee the rights of children and adolescents based on the Statute of the Child and Adolescent. Through a questionnaire, it was possible to identify the level of knowledge of the teachers who teach in the teaching course of the Sebastião Toledo dos Santos School, Criciúma - SC. It has been found that despite the obstacles that education faces, teachers know the laws that guarantee the rights of this public and interfere whenever necessary.

Keywords: Education, Rights, Child, Adolescent.

Introdução:

O atual cenário da política no nosso país, juntamente com o aumento constante da criminalidade, nos faz refletir sobre o andamento do processo de ensino-aprendizagem nas escolas. Acredita-se, que a educação pode mudar o mundo, porém, quando nos deparamos com índices assustadores de evasão escolar e um índice alarmante de jovens envolvidos com o tráfico e uso de drogas, nos questionamos se a educação tem cumprido seu papel na sociedade, se os professores e profissionais escolares têm ciência do índice de abandono escolar e se de fato, conhecem a realidade dos seus alunos.

O objetivo da pesquisa foi identificar o nível de conhecimento dos professores que lecionam no curso de magistério da Escola Sebastião Toledo dos Santos, no que tange a garantia do direito das crianças e dos adolescentes, estabelecidos pelo ECA. A pesquisa foi realizada através da aplicação de um questionário a dez professores. A Escola Sebastião Toledo dos Santos está situada no centro de Criciúma, é a maior escola estadual da cidade. Possui turmas de ensino médio e do magistério nos períodos matutino, vespertino e noturno. A escola recebe alunos e alunas dos vários bairros da cidade e também de outros municípios. A mesma foi escolhida para a realização da pesquisa, pois é a única da região que ainda forma professores/as em nível de ensino médio para atuar nas séries iniciais.

Acredita-se que o professor que forma futuros professores, deve ser o principal agente incentivador na garantia do direito das crianças e dos adolescentes, sendo que o mesmo está diretamente dentro das salas de aula lidando com este público, necessita de domínio básico das leis para poder saber quando aplica-las e assim, não se tornar um omissor de garantias e direitos de um outro cidadão.

O período da infância e da adolescência é a fase principal da vida de um cidadão, onde são construídos seus valores, seu caráter, sua personalidade. Sem dúvida alguma, profissionais mais bem qualificados, podem influenciar positivamente na vida de estudantes que estejam sobre risco de perda de garantias e direitos já adquiridos. Espera-se que todo profissional possa estar preparado para agir sempre que necessário na garantia dos seus direitos e do próximo, visando sempre o bem

comum e um mundo melhor.

No que tange a metodologia, foi realizada uma pesquisa, através de um questionário respondido por dez professores que lecionam no curso de magistério na Escola Sebastião Toledo dos Santos em Criciúma, para verificar o conhecimento dos mesmos sobre o estatuto da criança e do adolescente. Através da análise dos dados coletados no questionário, foi possível identificar o nível de conhecimento dos professores sobre este assunto e catalogar as informações obtidas, chegando assim, a conclusão do índice de conhecimento dos profissionais da educação, com base no ECA.

Fases de acompanhamento e apoio

A infância e a adolescência são dois períodos da vida em que os adultos consideram como a melhor fase da vida. Muitos, certamente já pensaram ou disseram que se pudessem, voltariam a ser criança. Apesar de a criança existir desde os primórdios da humanidade, o conceito desta fase da vida bem como os seus sentimentos só começou a ser estudado a partir do século XIII, podemos observar esta afirmação em Carvalho:

[...] A aparição da infância ocorreu em torno do século XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se claras e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVIII no momento em que a estrutura social vigente (Mercantilismo) provocou uma alteração nos sentimentos e nas relações frente à infância (CARVALHO, 2003, p. 47).

Atualmente, muitos ainda confundem a definição dos períodos entre infância e adolescência, mas para demarcarmos estes dois períodos, usamos como base a definição que o estatuto da criança e do adolescente que “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.”. (BRASIL. Lei nº 8.069, 1990, art. 2º). Partindo da base que o ECA nos trás, podemos nos aprofundar ainda mais e dividir o período da infância até a adolescência em vários períodos, de acordo com as definições acordadas entre psicólogos, médicos pediatras e psicopedagogos.

0 – 18 meses – Fase em que o bebê é completamente dependente de

terceiros (geralmente dos pais), para alimentação, higiene e locomoção. Este período é caracterizado pelo egocentrismo, o bebê age por instinto, como se o mundo girasse ao seu redor e ainda não se vê como parte de uma sociedade.

18 – 3 anos – A pequena criança começa a desenvolver habilidades nesta fase da vida como falar e andar e começa a se tornar um pouco independente, a grande maioria começa a aprender algumas palavras e ao longo deste período, vão aperfeiçoando o vocabulário.

3 – 4 anos – A criança desenvolve aspectos básicos de independência, começa a se tornar menos egocêntrica pois, começa a perceber o mundo a sua volta. Este período também é conhecido como fase de identificação, pois, a criança desenvolve padrões de comportamento com base nos laços de amizade, semelhanças físicas ou psicológicas.

5 – 9 anos – A grande maioria das crianças, nesta faixa de idade já tem padrões de comportamento bem definidos e é nesta fase que o psicológico e o emocional são marcados pelo seu grande desenvolvimento.

10 - 12 anos – Ocorrem várias mudanças físicas, a criança passa a ter mais responsabilidade e passa a dar mais importância a grupos que tem gostos semelhantes aos seus. Nesta fase, também começam as preocupações pela aceitação nos grupos, o qual muitas vezes, por interesse da própria criança, acaba se desvinculando do modelo proposto pelos pais, pois às vezes, não se identifica.

Podemos observar que o período da infância é dividido em faixas de idades e que em cada período deste ocorre uma transformação diferente. É importante e válido ressaltar que quanto mais estímulo a criança recebe, mais ela consegue desenvolver tais habilidades.

O período da adolescência é marcado por grandes mudanças, tanto físicas como psicológicas, é a fase de preparação para a fase adulta. Existe uma perspectiva tradicional dos estudos que indicam que a fase da adolescência é turbulenta e muitas vezes conturbada. A grande quantidade de transformações pode causar uma crise de identidade nos adolescentes. Há uma confusão de papéis e uma dificuldade de estabelecer uma própria identidade. Matheus afirma isso:

[...] circunscreve a um momento específico da vida, com um fim previamente estabelecido, turbulências inevitáveis que cada sujeito é convocado a experimentar, a fim de conquistar a condição de *indivíduo*, seguindo as diretrizes do ideário da modernidade. A *crise* é, então, fruto do exercício da *interioridade* de cada um, em função das tensões e conflitos que a

configuram como tal. É o preço a ser pago pela pretensa condição de independência frente às amarras da organização social; é expressão do desamparo que sua condição (imaginária) de autonomia exige, servindo, ao sujeito, como provação anônima para alcançar o estatuto de indivíduo. (MATHEUS, 2008, p.28)

De acordo com meio em que esse adolescente vive e é cobrado ou estimulado, o período da adolescência pode ser até atrasado devido a infantilização, ou acelerado, devido a grande quantidade de cobrança de maturidade, responsabilidade e habilidades que ainda não competem ao indivíduo nesta fase. A passagem da adolescência para a vida adulta pode ser vista segundo Becker, (1989 p. 10) como “a passagem de uma atitude de simples espectador para uma outra ativa, questionadora. Que inclusive vai gerar revisão, autocrítica, transformação”.

Diferente do período da infância, a adolescência não é dividida em faixas de idade. Como já citado, tomamos por base a definição do estatuto da criança e do adolescente que define este período dos 12 aos 18 anos. Apenas as mudanças físicas podem ser definidas de acordo com a faixa de idade, as mudanças psicológicas, cognitivas ou emocionais dependem muito do meio em que o adolescente esta inserido.

A sociedade sempre buscou criar modelos e rotular exemplos como certos ou errados. Esta caracterização se dá de acordo com a religião, cultura, ambiente e época, por isso, é tão difícil definir estes modelos, pois cada pessoa procura se enquadrar dentro daquilo que mais se identifica.

Dentro das características de criança e adolescente, observa-se a vulnerabilidade de tais, sendo que desde o nascimento, até a adolescência, os mesmos precisam ter suas necessidades supridas por responsáveis adultos legais. Quando a criança ou o adolescente precisa trabalhar para garantir seu sustento ou de terceiros, temos a violação de um direito deste indivíduo.

Desde que nasce um indivíduo já tem direitos garantidos, conforme o ECA em seu artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária (p. 9).

A definição de vulnerabilidade se submete a ideia de fragilidade, nesta característica, se enquadram as crianças e os adolescentes. Um fator determinante

é a questão social e econômica. Quanto maior for a carência da família, maior será o risco da criança ou do adolescente ter seus direitos violados, visto que em área socialmente vulneráveis, o risco de contato com as drogas, o abandono, o abuso sexual, a prostituição ou o trabalho infantil, são mais acentuados.

De forma mais ampla, a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes se manifesta na grande maioria dos casos em seu meio familiar ou escolar. Famílias desestruturadas, sem meios de garantir a própria subsistência acabam violando o direito dos menores, estes por sua vez, acabam indo para escola onde se deparam com profissionais muitas vezes despreparados, que não conseguem identificar que os mesmos estão sofrendo algum tipo de negligência.

Todos os anos ingressam nas escolas, inúmeras crianças e adolescentes que tem um histórico de direitos violados. Com os índices apresentados ao final dos anos, podemos observar que muitas destas têm um péssimo desempenho escolar e como consequência a reprovação, muitas abandonam a escola antes mesmo de concluírem o ensino regular. A violação dos direitos aliado a outros fatores como, a falta de preparo dos professores e demais profissionais da educação, falta de suporte psicológico e social e precarização das redes de proteção e ensino, possibilitam que os índices da qualidade da educação brasileira coloque nosso país em uma baixa colocação no ranking mundial. A baixa escolaridade tem se mostrado, através de estudos já realizados, um dos principais indicadores entre os motivos que levam a população à pobreza extrema e à vulnerabilidade social (KASSOUF, 2007 p. 323) fazendo assim, com que isso se torne um ciclo vicioso. Para quebrar este ciclo, é necessário o investimento na educação de qualidade, com professores bem preparados para atender estes alunos da melhor forma e dar-lhes o encaminhamento necessário para que possam ter a possibilidade de manter seus direitos fundamentais garantidos e aí então, dedicarem-se a educação, a qual tem o poder de mudar o futuro destes mesmos.

Para que os alunos tenham um bom desempenho, o professor precisa buscar criar um ambiente de aprendizagem adequado, o que nem sempre é fácil. Por isso, há a necessidade do professor estar bem capacitado para atender todo o tipo de aluno e incluí-lo da melhor forma possível em suas aulas. Oliveira (2005, p. 62) cita Vygotski que reflete a intervenção pedagógica:

[...] na escola o aprendizado é um resultado desejável, é o próprio objetivo do processo escolar, a intervenção é um processo

pedagógico privilegiado. O professor tem o papel explícito de interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente. O único bom ensino, afirma Vygotsky, é aquele que se adianta ao desenvolvimento.

É de fundamental importância que a comunidade escolar esteja ciente do seu papel na vida de cada aluno, só assim cada profissional buscará capacitar-se ainda mais, a fim de garantir os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes e impedir que fatores contrários a isto não influenciem de forma negativa no aprendizado destes alunos que são o futuro do nosso país. Os laços formados com professores e colegas servirão para que a criança sinta-se inserida em um grupo onde ela poderá aprender a reelaborar seus sentimentos de medo, agressividade, frustração, bem como seus colegas e professores (SAMPAIO, 2004).

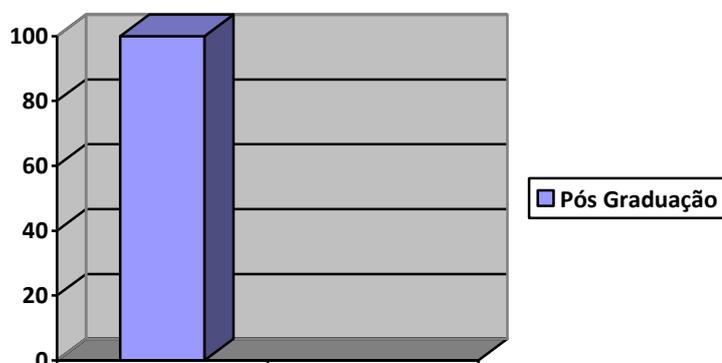
Análise da experiência dos professores com o Estatuto da Criança e do Adolescente

Abaixo estão listados os dados coletados com a pesquisa realizada através do questionário, os percentuais estão separados de acordo com cada pergunta e foram analisados separadamente. Os dados coletados foram formatados em gráficos seguidos de análise.

Questão 1 - Qual seu nível de escolaridade?

Graduação

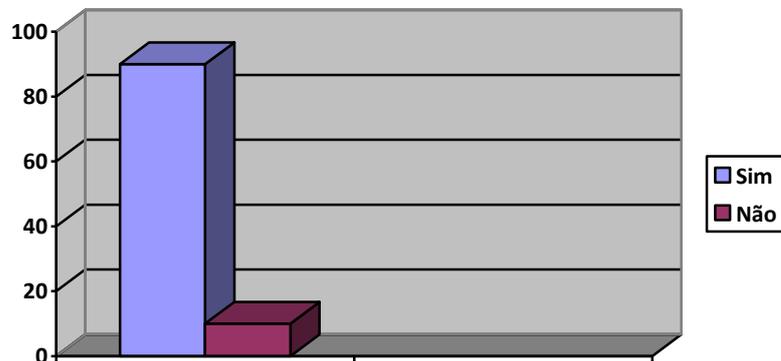
Pós graduação – Nível _____



Todos os professores que responderam ao questionário possuem pós-graduação, nível de especialização ou mestrado.

Questão 2 - Em suas aulas para o curso de magistério, é trabalhado com o ECA?

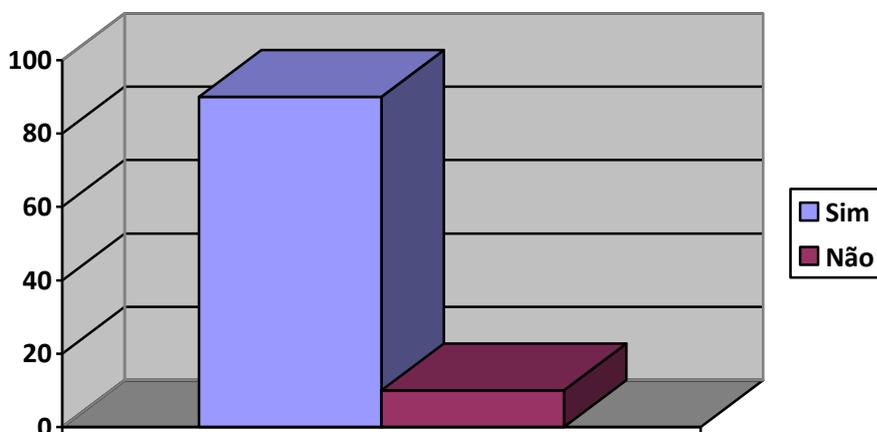
() Sim - () Não



90% dos professores responderam que trabalham o ECA nas suas aulas, mesmo que seja de forma esporádica, sem constar no plano de ensino ou apenas como referência ou citação. O restante afirmou que o assunto não condiz com a disciplina lecionada.

Questão 3 – Já realizou algum curso na área do direito da criança e do adolescente?

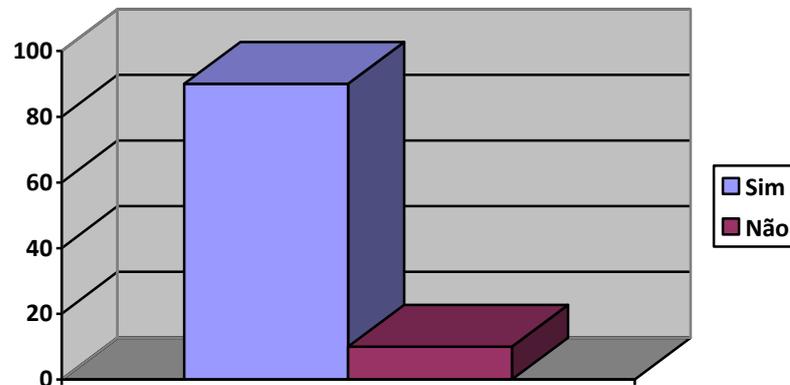
() Sim - Qual: _____ () Não



90% dos professores já realizaram algum curso na área de direitos das crianças e dos adolescentes, porém, não citaram o nome do curso que participaram, nem o nível da titulação. 10% dos professores, nunca participaram de cursos nesta área.

Questão 4 - Já identificou dentro da unidade escolar algum caso onde o direito da criança e do adolescente estava sendo violado? (abuso sexual, trabalho infantil, abandono, humilhação, bullying, violência doméstica ou física, etc.).

() Sim - Qual: _____ () Não



Infelizmente, 90% dos professores que responderam ao questionário, já identificaram algum caso onde o direito da criança e do adolescente é violado. Os casos mais citados pelos professores foram: violência doméstica, abandono, bullying ou humilhação.

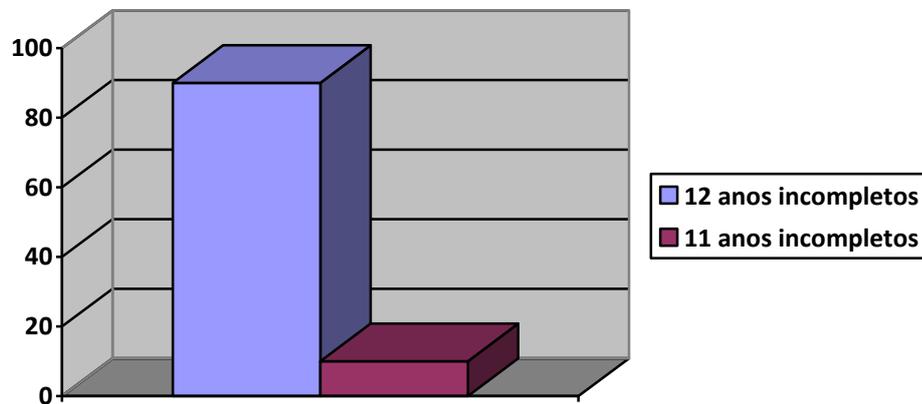
Questão 5 - Uma professora de ensino fundamental identificou marcas de violência física em uma aluna de 8 anos. Preocupada com a situação, chamou a mãe da criança até a escola para conversar. A mãe da menina, ao ser interrogada, disse à professora que não se metesse neste assunto para que a mesma não tivesse problemas futuros, acrescentou ainda que tem um companheiro bem violento e mandou dizer a professora que cuidasse apenas do seu trabalho. Neste caso hipotético, como você reagiria sendo a professora?

Esta pergunta aberta foi colocada no questionário para que os professores pudessem expressar seus sentimentos e atitudes quanto ao caso hipotético relatado. Todos os professores informaram que conversariam com a direção do colégio para encaminhar o caso para os órgãos responsáveis e que não se sentem intimidados com a fala da mãe quando a mesma informa que tem um companheiro violento. Destaca-se que esta postura dos professores é extremamente importante, mesmo que sendo um caso complexo onde a própria imagem do profissional pode

ser exposta. Apesar do grau de dificuldade da abordagem, os professores demonstraram iniciativa para garantir o direito da criança que está sendo violado no caso relatado hipoteticamente.

Questão 6 - O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei no 8.069/1990) considera criança a pessoa com idade até:

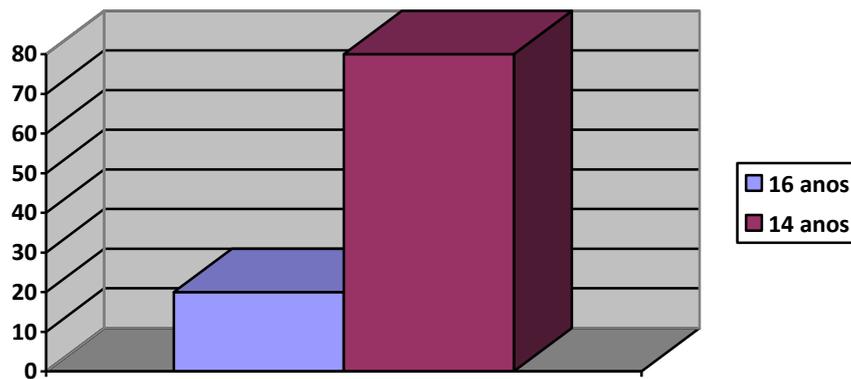
- () Onze anos incompletos
- () Doze anos incompletos
- () Nove anos incompletos
- () Dezoito anos incompletos



Quanto a questão da idade que o Estatuto da Criança e do Adolescente considera, 90% dos professores acertaram a idade que é de 12 anos incompletos.

Questão 7 - O menor aprendiz pode trabalhar a partir de que idade?

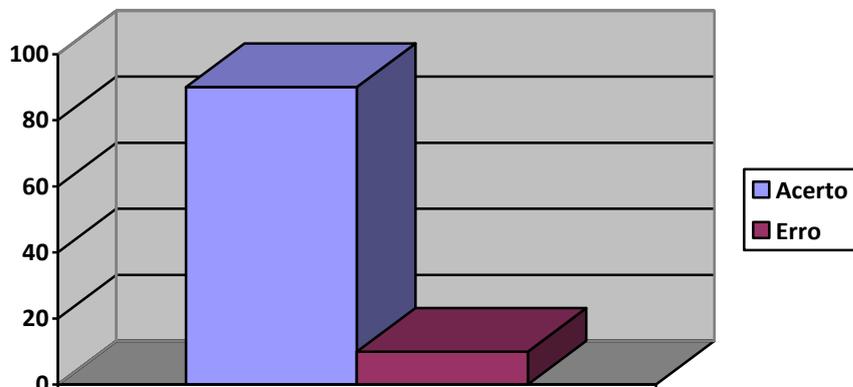
- () 14 anos
- () 16 anos
- () 10 anos
- () 18 anos



A questão da idade mínima para o menor aprendiz é peculiar, pois, o ECA considera como menor aprendiz o indivíduo a partir dos 14 anos completos porém, é necessário que o menor esteja freqüentando regularmente uma instituição de ensino e tenha um bom rendimento escolar.

Questão 8 - A criança e o adolescente têm o direito à educação, sendo-lhes assegurado:

- () direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores
- () direito de faltar 25% das aulas por motivo injustificado
- () direito de repor as aulas perdidas por motivo de viagem
- () direito de receber meio de locomoção gratuito até a escola

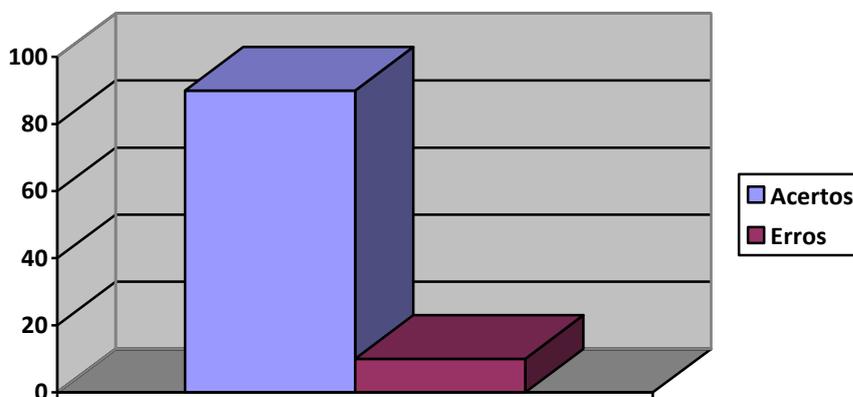


Esta questão conta com duas alternativas corretas e 90% dos professores acertaram pelo menos uma. As alternativas corretas seriam as duas primeiras, direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias

escolares superiores e direito de faltar 25% das aulas por motivo injustificado, sendo que a segunda, mesmo que a quantidade de 25% de infrequência não influencie na possibilidade de reprovação do aluno, deve-se averiguar o motivo das constantes ausências, e se ela ocorre esporadicamente ou em dias consecutivos. O motivo da ausência, sendo consecutivo ou não, pode estar relacionado a alguma violação de direito.

Questão 9 - Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar nos casos de:

- () Indisciplina dentro da sala de aula
- () Elevados níveis de repetência
- () Faltas esporádicas injustificadas
- () Agressividade e transtornos de humor

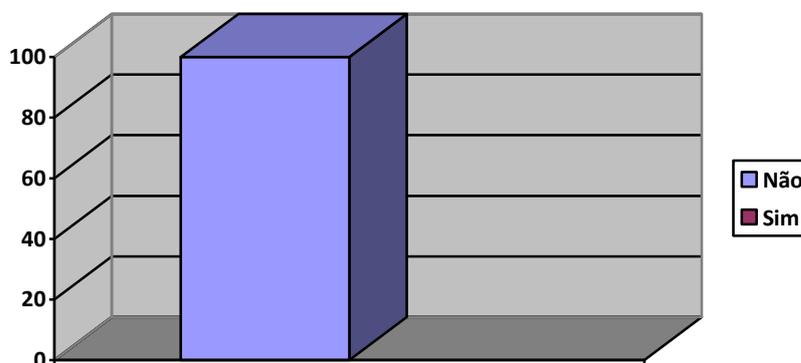


Apesar da agressividade ou transtorno de humor poder estar relacionado com algum fator de violação dos direitos da criança, o ECA não cita isso como motivo para encaminhamento, sendo que 10% dos professores responderam esta como sendo a alternativa correta. Neste caso, a criança precisa de atendimento especializado que seria primeiramente um orientador escolar e posteriormente um psicólogo ou psicopedagogo para identificar o problema e iniciar um acompanhamento com tratamento, mas não compete ao conselho tutelar resolver isto. O que deve ser encaminhado para o conselho é a constante ausência do aluno por motivo injustificado, 90% dos professores assinalaram esta alternativa como correta.

Questão 10 - Dentro da unidade escolar que você trabalha, há o estatuto da criança e do adolescente visível e disponível para consulta de todos?

() Sim - Em que local: _____

() Não



Infelizmente, dentro do ambiente escolar não está disponível ou visível para consulta o estatuto da criança e do adolescente, 100% dos professores confirmaram isso. Esta questão é de suma importância, pois, a falta de contato com o documento tanto por parte dos professores, como de alunos, visitantes da escola e toda a comunidade escolar, pode gerar negligência em certos casos devido à falta de conhecimento dos direitos e garantias previstos no estatuto.

Dentro de uma visão geral os gráficos apresentam valores satisfatórios com relação à pesquisa, todos os professores possuem conhecimento sobre o ECA e o aplicam dentro da sua área de atuação. O único ponto negativo a destacar é que dentro da unidade escolar não há o estatuto da criança e do adolescente disponível e visível aos professores, alunos ou visitantes do colégio. Todos os professores já presenciaram casos de negligência e deram encaminhamento do caso aos órgãos competentes. Além disso, todos os professores tem especialização, cursos e outras atividades relacionadas ao tema estudado, o que os torna mais preparados na identificação de tais casos e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Conclusão:

Através da análise dos dados foi possível identificar que todos os professores, apesar de alguns não trabalharem diretamente o conteúdo do ECA na sua disciplina, os mesmos estão cientes dos direitos e garantias das crianças e dos adolescentes. Infelizmente, constatou-se que todos os professores já identificaram

casos de violência ou negligência na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, porém, todos denunciaram tais atos.

Apesar de observarmos diariamente os constantes problemas enfrentados educação, área I que é de fundamental importância na formação de um cidadão, acredita-se que estes profissionais qualificados e bem preparados, possam fazer a diferença na vida de muitos outros cidadãos. Um professor tem forte influência na vida dos seus alunos, quando o mesmo está bem preparado para educar e preparar o aluno para a vida fora dos muros da escola ele interfere não só na capacidade intelectual do aluno, mas também ajuda a construir um cidadão de valores, capaz de refletir, julgar, se posicionar e agir frente aos problemas enfrentados na vida cotidiana.

Referencias:

AMIN, Andréa Rodrigues. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos**. ed. Rio de Janeiro: ed. Lumen Juris, 2010.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

Becker, Daniel. (1989). **O que é a adolescência**. São Paulo: Brasiliense

CARVALHO, Eronilda Maria Góis. **Educação infantil: percurso, dilemas e perspectivas**. Ilhéus: Editus, 2003.

COELHOS, João Gilberto Lucas. **Criança e Adolescente: a Convenção da ONU e a Constituição Brasileira**. ed. São Paulo: UNICEF

KASSOUF, Ana Lúcia. **O que conhecemos sobre o trabalho infantil?** Nova Economia, Belo Horizonte, v.17, n.2, p. 323-350, ago. 2007.

MAIA, Janaina Nogueira. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de Educação Infantil**. Campo Grande, 2012. 135 p. Dissertação

(Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

MATHEUS, Tiago Corbisier. **Quando a adolescência não depende da puberdade**. Rev. latinoam. psicopatol. fundam., São Paulo, v. 11, n. 4, Dec. 2008

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: **Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. 4 ed. São Paulo: Scipione, 2005.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da criança e do adolescente – Uma proposta interdisciplinar** – 2ª Ed. Rio de Janeiro. Renovar: 2008.

SAMPAIO, Dulce Maria. **A pedagogia do ser: Educação dos sentimentos e dos valores humanos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004